



## **EDITAL**

### **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 18040801/2018- PMPF** **PREGÃO PRESENCIAL N.º 90042/2018**

O Município de Pau dos Ferros, leva ao conhecimento dos interessados que na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Executivo Municipal nº 1313/2014, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com as respectivas alterações posteriores e demais legislação em vigor, fará realizar licitação na modalidade SRP – Pregão Presencial, do tipo "MENOR PREÇO", critério de julgamento "POR ITEM", conforme condição que trata do objeto, mediante as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

Os documentos relacionados a seguir fazem parte integrante desta licitação:

- Anexo I** – Termo de Referência;
- Anexo II** – Modelo de Proposta de Preços;
- Anexo III** – Identificação dos Envelopes;
- Anexo IV** – Modelo de Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação;
- Anexo V** – Declaração Comprobatória de Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- Anexo VI** – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- Anexo VII** – Declaração de que a licitante não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos;
- Anexo VIII** – Modelo de Declaração de cumprimento das normas referentes à Saúde e à Segurança no Trabalho;
- Anexo IX** – Modelo de declaração de que não possui servidor público no quadro societário;
- Anexo X** – Minuta de Contrato

## **1 – DA LICITAÇÃO**

### **1.1 – Do Objeto**

**1.1.1** – A presente licitação destina-se a selecionar proposta (s) objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS para escolha de empresa especializada no fornecimento de serviços em Saúde para consultas especializadas e exames no Município de Pau dos Ferros/RN para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações e quantitativos constantes do Termo de Referência que constitui o Anexo I deste Edital.**

**1.1.2** – O Município de Pau dos Ferros/RN não se obriga a adquirir o objeto e a quantidade definida neste edital.



**A CIDADE E O POVO EM PRIMEIRO LUGAR**

**1.1.3** – A quantidade licitada é estimada, podendo a Administração contratar o fornecimento de acordo com a sua efetiva necessidade, respeitando-se os limites estabelecidos pela legislação.

## **1.2 – Entrega dos Envelopes**

**1.2.1** – Envelope nº 1 (Proposta de Preços) e Envelope nº 2 (Documentos de Habilitação).

**1.2.2** – **Hora e Data**– até as **08:30 horas do dia 27 de junho de 2018.**

**1.2.3** – Local: Av. Getúlio Vargas nº 1328 - 1º Andar Sala 01 - Bairro Centro - Pau dos Ferros/RN.

## **1.3 – Envio de Envelopes por correspondência - quando a empresa não enviar representante**

**1.3.1** – A licitante que optar por não enviar representante, enviará toda a documentação dentro do Envelope nº 3, por correspondência, que conterà em seu interior:

- a) Envelope nº 1 (Proposta de Preços);
- b) Envelope nº 2 (Documentos de Habilitação);
- c) Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação (Anexo V);
- d) Cópia autenticada do contrato social, estatuto ou ata de eleição do dirigente da licitante.

**1.3.2** – A parte externa do Envelope nº 3 deverá conter informações sobre o presente certame e aviso de que trata-se de documento sigiloso, o qual somente poderá ser aberto pelo pregoeiro durante a sessão da licitação, conforme o Anexo III.

**1.3.3** – A correspondência será entregue na Av Getúlio Vargas nº 1328 - 1º Andar Sala 01 - Bairro Centro - Pau dos Ferros/RN.

**1.3.4** – Fica sob inteira responsabilidade da licitante a entrega da correspondência com, no mínimo, 2 (duas) horas antes da abertura da sessão.

## **1.4 – Abertura da Sessão.**

**1.4.1 - Data/Hora: as 08:30 horas do dia 27 de junho de 2018.**

**1.4.2 - Local:** Av Getúlio Vargas nº 1328 - 1º Andar Sala 01 - Bairro Centro - Pau dos Ferros/RN.

## **1.5 – Da Execução da Licitação**

**1.5.1** – O processamento da licitação será feito pelo Município de Pau dos Ferros/RN, destinando-se o objeto licitado a atender as necessidades do Município de Pau dos Ferros/RN.

## **2 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**



**A CIDADE E O POVO EM PRIMEIRO LUGAR**

**2.1** – Poderão participar desta licitação as empresas interessadas que atenderem às exigências estabelecidas neste Edital.

**2.2** – Não será admitida a participação de:

**2.2.1** – Empresas em consórcio;

**2.2.2** – Empresas em recuperação judicial ou extrajudicial, ou cuja falência tenha sido declarada, que se encontram sob concurso de credores ou em dissolução ou em liquidação;

**2.2.3** – Empresas punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, durante o prazo estabelecido para a penalidade;

**2.2.4** – Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

**2.2.5** – Empresas cujos diretores, gerentes, sócios e empregados sejam servidores ou dirigentes do órgão/entidade licitante, bem como membro efetivo ou substituto da Comissão de Licitação.

**2.3** – A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irrevogável dos termos e conteúdo deste edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor; e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**2.4** - Os documentos exigidos neste Pregão Presencial poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia, autenticada por Cartório competente ou pelo Pregoeiro e equipe de apoio, ou publicação em órgão da imprensa oficial até o final do expediente do último dia útil que anteceder o dia marcado para abertura dos envelopes Documentação;

**2.4.1** - serão aceitas somente cópias legíveis;

**2.4.2** - não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas;

**2.4.3** - o Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento,

### **3 – DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO**

São atribuições do Pregoeiro:

**3.1** – O credenciamento dos interessados;

**3.2** – A abertura dos envelopes das propostas de preços, a sua análise e a classificação das licitantes;

**3.3** – A condução dos procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço por Item;

**3.4** – A adjudicação da proposta de menor preço por Item;



**3.5** – A elaboração de ata;

**3.6** – O recebimento, análise e encaminhamento dos recursos à autoridade superior para deliberação; e

**3.7** – O encaminhamento do processo devidamente instruído à autoridade superior, visando à homologação e à contratação.

#### **4 – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO**

**4.1** – Iniciada a sessão pública do Pregão, esta não será suspensa ou transferida, salvo motivo excepcional assim caracterizado pelo Pregoeiro.

**4.2** – Verificando-se o adiamento da sessão pública do Pregão, o Pregoeiro determinará nova data para continuação dos trabalhos, ficando intimadas as licitantes.

**4.3** – O Pregoeiro poderá interromper a sessão, temporariamente, para determinar alguma providência administrativa para o bom andamento dos trabalhos.

#### **5 – DO CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DO CERTAME**

**5.1** – Em data e horário estabelecidos neste edital, para a realização da sessão pública do Pregão, as licitantes deverão se fazer presentes para o credenciamento.

**5.1.1** – Para comprovar a condição de representante da licitante entregar-se-á ao Pregoeiro:

**a)** cópia do documento de identidade de fé pública, com foto (será aceito o RG – Carteira de Identidade Civil ou CNH – Carteira Nacional de Habilitação ou documento de identidade expedido por órgão de registro profissional);

**b)** se procurador, procuração pública ou particular (acompanhada de cópia autenticada do contrato social da empresa), com poderes específicos para representar a empresa em licitações em todas as suas fases e em todos os demais atos, em nome da licitante;

**c)** se dirigente/proprietário, cópia autenticada do contrato social, estatuto ou ata de eleição do dirigente da licitante;

**d)** a entrega da Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação (**Anexo IV**);

**e)** a entrega da Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte para as empresas que pretendam usufruir os benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, declarando que se enquadram nesta categoria jurídica empresarial, e que não se enquadram nas exceções do § 4° do art. 3°, conforme modelo do **Anexo V**;

**e.1)** a não apresentação da declaração de que trata o **Anexo V** leva ao entendimento de que as empresas proponentes não têm interesse nos



**A CIDADE E O POVO EM PRIMEIRO LUGAR**

benefícios previstos na Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006 ou não se enquadram nesta categoria jurídica;

**e.2)** a verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, conforme previsto no art. 90 da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e, ainda, implicará na aplicação da penalidade de suspensão/impedimento legalmente cabível.

**e.3)** a declaração deve estar acompanhado de Certidão (Certidão Simplificada ou Conjunta) emitida pela junta comercial, que comprove a situação de ME ou EPP emitida nos últimos noventa (90) dias.

**5.2** – Somente a pessoa credenciada poderá intervir no procedimento licitatório, sendo admitido, para esse feito, um único representante por licitante interessada.

**5.3** – Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa nesta licitação, sob pena de exclusão sumária de ambas as licitantes representadas.

**5.4** – A comprovação de que o interessado não possui poderes específicos para representar a licitante no certame, implicará na impossibilidade de participar da fase competitiva, consubstanciada nos lances verbais e, permanecendo tão somente no certame a sua proposta escrita.

**5.5** – A fase de credenciamento será encerrada, pelo Pregoeiro, quando do início da abertura dos envelopes de propostas.

## **6 – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES**

**6.1** – A proposta de preços e os documentos de habilitação deverão ser apresentados em envelopes separados e fechados (preferencialmente opacos) de forma a não permitir a violação de seu conteúdo, e rubricados no fecho, identificados com etiqueta conforme o **Anexo III**.

**6.2** – Os envelopes deverão conter externamente as informações constantes no **Anexo III**.

## **7 – DA PROPOSTA DE PREÇOS – Envelope n° 1**

**7.1** – A proposta de preços deverá ser apresentada com base nas especificações do **Anexo I**, deste edital, devendo obrigatoriamente, ser datilografada ou impressa por qualquer processo eletrônico, em idioma nacional, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo a razão social completa e CNPJ da licitante, endereço, telefone e/ou “fac-símile” e/ou correio eletrônico, devendo a última folha ser datada e assinada pelo representante da licitante devidamente identificado. Preferencialmente em papel timbrado, em uma única via com todas as suas folhas numeradas e rubricadas.



**A CIDADE E O POVO EM PRIMEIRO LUGAR**

**7.1.1** – A proposta apresentada de acordo com o modelo constante do **Anexo II** deste edital, deverá obrigatoriamente conter:

**a) a identificação do objeto ofertado**, observadas todas as especificações e requisitos constantes do **Anexo I** do presente edital, informando as características e quaisquer outros elementos referentes ao objeto cotado, de forma a permitir que o Pregoeiro possa **facilmente** constatar se as especificações no presente pregão foram ou não atendidas;

**b) Valor Unitário e Valor Total ofertado para o Item**, expresso em reais, com no máximo 2 (duas) casas decimais;

**7.2 – Critério de aceitabilidade dos preços unitário e total**

**7.2.1** – Conforme os dispositivos das leis que regem esta licitação, não será aceito preço final que resulte acima do valor constante do termo de referência.

**7.3 – Condições Gerais da Proposta de Preços**

**7.3.1** – As propostas apresentadas para este Pregão terão validade por 60 dias, independentemente de sua transcrição.

**7.3.1.1** – A proposta da licitante vencedora, após assinatura da Ata de Registro de Preços, terá validade por todo o período de vigência da Ata.

**7.3.2** – Havendo divergência entre o valor unitário e total, prevalecerá o valor unitário.

**7.3.3** – Nos preços cotados devem estar inclusos todos os custos relacionados com a remuneração e encargos sociais e outros, pertinentes ao fornecimento do objeto, bem como taxas, impostos, e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre o mesmo.

**7.3.4** – Na hipótese de serem apresentadas propostas sem a assinatura, estando presente o representante legal na sessão de abertura, a falta da assinatura poderá ser sanada pelo mesmo, até a etapa de cadastramento de propostas.

**7.3.5** – A licitante vencedora do certame deverá encaminhar detalhamento de sua proposta com todos os respectivos valores unitários proporcionalmente readequados ao valor total representado pelo lance vencedor, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contado a partir da data de encerramento da sessão.

**7.3.6** – A proposta deve estar acompanhada de declaração formal de que tomou conhecimento de todas as condições para cumprimento do objeto da licitação.

**8 – DA FASE COMPETITIVA DO CERTAME**

**8.1** – Aberta a sessão pública do Pregão, credenciados os presentes, o Pregoeiro abrirá o envelope nº 1 contendo a proposta de preços, verificará a sua conformidade com as exigências do presente edital, classificará para participar dos lances verbais as propostas que estejam de acordo com as especificações do objeto deste certame e ordenará as propostas classificadas por ordem de menor preço por Item.

**8.2 – Julgamento das Propostas Escritas**

**8.2.1** – Serão desclassificadas as licitantes em razão de as propostas escritas:

**a) não atenderem às exigências do ato convocatório da licitação;**



**A CIDADE E O POVO EM PRIMEIRO LUGAR**

b) se apresentarem omissas ou incompletas ou não informarem as características do bem cotado, impedindo sua identificação com o objeto licitado e com as especificações constantes no Anexo I;

c) apresentarem alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista neste edital;

d) conflitarem com a legislação em vigor;

e) deixarem de atender aos requisitos estabelecidos no item 7 – Da Proposta de Preços, deste edital;

f) fixarem condicionantes para a aquisição dos produtos.

g) não apresentarem marcas.

**8.2.2** – Não serão consideradas, para efeitos de julgamento, quaisquer vantagens não previstas no edital.

**8.2.3** – Será considerada primeira classificada, a proposta que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste edital, apresentar o “**MENOR PREÇO POR ITEM**”.

### **8.3 – Lances Verbais**

**8.3.1** – Participarão dos lances verbais e sucessivos o autor da proposta de menor valor total por Item e os autores das propostas que apresentem valores até 10% superiores, relativamente, a de menor preço por Item.

**8.3.2** – Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas, nas condições previstas no subitem anterior, serão classificados a participar dos lances verbais e sucessivos os autores das melhores propostas, quaisquer que sejam os preços oferecidos, até o máximo de 3 (três).

**8.4** – Em caso de empate, a classificação será decidida por meio de sorteio em ato público promovido pelo Pregoeiro, para o qual serão convocadas as licitantes participantes, de acordo com o art. 45, § 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observado ainda, o previsto no art. 3º, da mesma Lei.

**8.4.1** – Caso as licitantes participantes do sorteio desistam de apresentar lance verbal para o Item em questão, a classificação dar-se-á de acordo com o resultado do sorteio.

**8.5** – Os lances verbais e sucessivos pelo Valor Total de cada Item, serão iniciados pelo autor da proposta com maior preço dentre aqueles aptos a oferecer propostas e assim, sucessivamente, em ordem decrescente, até a proclamação do vencedor.

**8.6** – Os lances, em valores distintos e decrescentes, serão efetuados no momento em que for conferida a palavra ao representante da licitante, na ordem decrescente dos preços.

**8.7** – Os lances observarão o decréscimo mínimo de **até 0,01 (um centavo)** da proposta de menor valor anteriormente ofertada para o Item.



**A CIDADE E O POVO EM PRIMEIRO LUGAR**

**8.8** – Não será admitida a desistência do(s) lance(s) efetivado(s), sujeitando-se a licitante desistente às penalidades previstas neste edital.

**8.9** – A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na consideração do último preço apresentado, pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.

**8.10** – O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes deixarem de apresentar novos lances.

**8.11** – Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, procedendo-se da seguinte forma:

**8.11.1** – Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

**8.11.2** – Encerrada a fase de lances, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

**8.11.3** – Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I, do caput do artigo 45, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º, do art. 44, desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

**8.11.4** – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º, do art. 44, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

**8.11.5** – A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

**8.12** – Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no subitem 8.11, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

**8.13** – Encerrada a etapa competitiva o Pregoeiro poderá negociar com os autores das propostas classificadas de acordo com o subitem 8.3 e 8.11, para que seja obtido melhor preço, sendo registrado em ata.

**8.14** – Encerrada a etapa competitiva e ordenadas às propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta de menor valor comparando-a com o Termo de Referência, decidindo a respeito.





**A CIDADE E O POVO EM PRIMEIRO LUGAR**

**8.15** – Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter melhor preço.

**8.16** – Se a oferta não for aceitável, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, verificando a sua aceitabilidade, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda as condições do edital.

**8.17** – Caso as licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço por Item e o valor estimado para a contratação, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

**8.18** – Para apresentação de proposta de preço inferior, na forma do subitem 8.11.2, e para negociação visando obtenção de melhor preço, na forma dos subitens 8.13, 8.15, 8.17 e 10.3, não será limitado o decréscimo mínimo previsto no subitem 8.7.

## **9 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – Envelope nº 2**

**9.1** – A licitante detentora da melhor oferta deverá comprovar a situação de habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista e cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, mediante a apresentação dos documentos abaixo descritos.

### **9.2 – Habilitação Jurídica**

**9.2.1** – Para habilitação jurídica, apresentação de:

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam; comprovando a pertinência ao objeto desta licitação.

**9.2.2** – A documentação exigida para habilitação jurídica será suprida se tiver sido apresentada na fase de credenciamento.

### **9.3 – Regularidade Fiscal e Trabalhista**

**9.3.1** – Para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, o licitante deve apresentar:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) prova de regularidade para com a Fazenda Federal e para com a Dívida Ativa da União, mediante apresentação da Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;



**A CIDADE E O POVO EM PRIMEIRO LUGAR**

c) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;

d) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;

e) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, instituída pela Lei Federal no 12.440, de 7 de julho de 2011;

g) entrega da declaração de que a licitante não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, consoante **Anexo VII**;

h) declaração de que não possui servidor público no quadro societário, conforme modelo constante do **Anexo IX**.

i) Alvará de funcionamento da Cidade de Origem da empresa.

j) Declaração de existência física acompanhada de fotos internas e externas que identifiquem a empresa.

n) entrega da declaração de que a licitante não possui fatos impeditivos.

**9.3.2** – No caso de Municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros.

## **9.4 – Qualificação Técnica**

### **9.4.1 – Aptidão Técnica**

**9.4.1.1** – Para fins de comprovação da qualificação técnica, o licitante deverá apresentar atestado de aptidão técnica, que comprove ter a licitante cumprido, de forma satisfatória, o fornecimento do objeto licitado, emitido em papel timbrado por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, não relacionada(s) ao fornecedor, devidamente registrado(s) na entidade profissional competente nos termos do art. 30, § 1º, inc. I, da Lei 8.666/93.

**9.4.1.2** – Registro ou inscrição na entidade profissional competente (CREMERN) válida para o corrente exercício;

**9.4.1.3** Comprovação da qualificação profissional, através de certidão de regularidade emitida pelo CREMERN em favor do Responsável Técnico da empresa Licitante;

**9.4.1.4** Documento de Identidade e CPF dos profissionais que executarão os serviços médicos;



**A CIDADE E O POVO EM PRIMEIRO LUGAR**

**9.4.1.5** Prova de que a empresa possui, em seu quadro funcional permanente, profissionais de nível superior, que deverá ser feita da seguinte forma:

**9.4.1.5.1** Mediante cópia do Contrato Social da empresa, em se tratando de sócio, ou;

**9.4.1.5.2** Mediante cópia da CTPS, em se tratando de empregado da empresa;

**9.4.1.5.3** Prova da Cooperativa possuir profissional de nível superior será feita, em se tratando de membro associado, juntando-se devida Ata de Assembleia que o indicou como responsável técnico pela Cooperativa, na especialidade que ora se exige, devendo a profissão deste membro associado estar contemplada no objetivo da Cooperativa e, no caso de empregado, mediante cópia da Carteira de Trabalho da Previdência Social (CTPS).

**9.4.1.6** As Cooperativas deverão apresentar os seguintes documentos, por força da Lei nº 5.764/71, c/c o inciso IV, do Art. 30, da Lei Federal nº 8.666/93:

**9.4.1.6.1** Estatuto Social com ata de assembleia de aprovação, conforme a Lei nº 5.764/71, comprovando que a cooperativa tem como objeto a prestação de serviços exigidos nesta licitação, e, ainda que a mesma dispõe de associados (cooperados) em quantidade e com qualificação profissional, conforme solicitado no objeto deste Edital.

**9.4.1.6.2** Certidão de Regularidade do Sistema Cooperativista, expedida pela Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Norte – OCERN, emitida a menos de 30 (trinta) dias.

**9.4.1.6.3** Ata da última Assembleia Geral Ordinária convocada para a eleição dos atuais dirigentes, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte.

**9.4.1.6.4** Ata de reunião da diretoria na qual conste a relação de todos os associados da cooperativa, aptos a prestar os serviços médicos objeto deste Edital.

**9.4.1.6.5** Última ata de escolha dos Órgãos de Administração e do Conselho Fiscal.

**9.4.1.6.6** Comprovação da composição do capital social da sociedade cooperativa, com a discriminação da participação de cada um de seus associados, conforme dispositivo legal contido no art. 24, da Lei Federal nº 5.764/71.



**A CIDADE E O POVO EM PRIMEIRO LUGAR**

**9.4.1.6.7** Comprovação da Constituição dos Fundos previstos nos incisos I e II, do art. 28, da Lei Federal nº 5.764/71, bem como do repasse dos percentuais de eventuais sobras do exercício previstos no mesmo artigo.

**9.4.1.6.8** Comprovação do retorno das sobras líquidas do exercício proporcionalmente às operações realizadas pelos associados.

**9.4.1.7** - Alvará da Vigilância Sanitária, em nome da empresa licitante, conforme a Lei nº 6.437/77.

## **9.5 – Qualificação Econômico-Financeira**

**9.5.1** – A prova de qualificação econômico-financeira ocorrerá mediante apresentação de:

**a)** balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado do domicílio ou sede da proponente, que comprove a boa situação financeira da empresa, devidamente certificado por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade sendo vedada a sua substituição por balanços ou balancetes provisórios. Deverá ficar comprovada a boa situação financeira da empresa proponente, evidenciando que esta possui os seus índices contábeis, calculados pelos dados do balanço do último exercício social, certificado pelo responsável pela empresa proponente e pelo contador devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade competente, atendendo aos limites estabelecidos a seguir. Os índices contábeis deverão ser apresentados em folhas separadas, calculadas de forma clara e precisa;

**a.1)** a comprovação da boa situação econômico-financeira da licitante será demonstrada com base nos seguintes parâmetros:

**Índice de Liquidez Geral (LG), com valor superior a 1, onde:**

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

**Índice de Solvência Geral (SG), com valor superior a 1, onde:**

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

**Índice de Liquidez Corrente (LC), com valor superior a 1, onde:**

Ativo Circulante



**A CIDADE E O POVO EM PRIMEIRO LUGAR**

LC = \_\_\_\_\_  
Passivo Circulante

**a.2)** a licitante deverá apresentar as fórmulas devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço;

**a.3)** considerados os riscos para a Administração, na forma dos §§ 2º e 3º do Art. 31 da Lei nº 8.666/93, a licitante que apresentar resultado igual ou inferior a 1 (um), em qualquer dos índices, Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, ou não apresentar memorial de cálculo para aferição dos índices, deverá comprovar que possui capital mínimo ou o patrimônio líquido equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado para o respectivo Item;

**a.4)** se necessária a atualização do balanço, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente;

Observações: serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

**a.4.1) sociedades regidas pela Lei n.º 6.404/76 (sociedade anônima):**

- registrados e arquivados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
- publicados em Diário Oficial;
- publicados em jornal de grande circulação;
- por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

**a.4.2) sociedades limitada (LTDA):**

- por fotocópia dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;
- fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

**a.4.3) sociedades sujeitas a outros regimes:**

- por fotocópia dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;
- fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

**a.4.4) sociedade criada no exercício em curso:**

- fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

**a.5) Sociedade criada no exercício em curso:**



**A CIDADE E O POVO EM PRIMEIRO LUGAR**

**a.5.1)** fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da Sede ou domicílio da Licitante;

**a.6)** O Balanço Patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

**b)** certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor ou pelos cartórios de registro de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial da sede da pessoa jurídica.

## **9.6 – Disposições Gerais Acerca dos Documentos de Habilitação**

**9.6.1** – As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, **sob pena de inabilitação**.

**9.6.1.1** – Para as microempresas e empresas de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**9.6.1.2** – A não regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará na decadência do direito da microempresa ou empresa de pequeno porte à contratação, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis por descumprimento de obrigações contratuais previstas neste edital e na legislação vigente aplicável à matéria (advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração e declaração de inidoneidade), sendo facultada à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

**9.6.5** – As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo SIMPLES, deverão apresentar documento que comprove esta situação.

**9.6.6** – Os comprovantes de regularidade fiscal exigidos deverão apresentar prazo de validade até a data limite fixada para a abertura da sessão. Não constando a vigência, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias da data da emissão.

**9.6.7** – Para a Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial que não apresentar prazo de validade expresso, será considerado o prazo de 60 (sessenta) dias da data da emissão.

**9.6.8** – Será aceito comprovante de regularidade fiscal obtido na rede Internet, condicionado que o mesmo tenha sua autenticidade confirmada na fase de habilitação.

**9.6.9** – Sob pena de inabilitação, os documentos a que se refere o item 9 deste edital deverão constar o nome/razão social da licitante, o número do CNPJ e, quando for o caso, o respectivo endereço, observado que:



**A CIDADE E O POVO EM PRIMEIRO LUGAR**

a) se a licitante for matriz, os documentos deverão estar em nome da matriz;

b) se a licitante for a filial, os documentos deverão estar em nome da filial, salvo situação expressa no documento: válidos para matriz e filiais.

**9.6.10** – As licitantes que, por sua natureza ou por força de lei estiverem dispensadas da apresentação de determinados documentos de habilitação deverão apresentar declaração identificando a situação e citando os dispositivos legais pertinentes.

## **10 – DA ABERTURA DO ENVELOPE Nº 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**10.1** – Sendo considerada aceitável a proposta de preços da licitante que apresentou menor preço por Item, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope nº 2 – documentos de habilitação da autora da proposta de menor preço por Item, realizando a verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas neste edital.

**10.2** – Constatada a conformidade da documentação com as exigências contidas no edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto correspondente.

**10.3** – Se a licitante detentora da melhor oferta não apresentar situação de habilitação regular, será convocada a licitante da melhor oferta subsequente. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço, procedendo a sua habilitação e, assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora. Sujeitando-se a empresa inabilitada às penalidades previstas.

**10.4** – O(s) envelope(s) com os documentos de habilitação deste Pregão que não for(em) aberto(s) ficará(ão) em poder do Pregoeiro pelo prazo de até 120 (cento e vinte) dias consecutivos, a partir da homologação da licitação, após o que ficará à disposição da licitante para retirada até o prazo de 5 dias úteis.

**10.5** – Os envelopes não reclamados nos prazos estipulados nos subitens anteriores serão destruídos pela Administração.

## **11 – DA ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO**

**11.1** – Da sessão pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo o(s) registro(s):

a) das licitantes credenciadas;

b) das propostas escritas e verbais apresentadas na ordem de classificação;

c) da análise da documentação exigida para a habilitação;

d) da manifestação imediata e motivada de intenção da licitante em recorrer das decisões do pregoeiro.



**A CIDADE E O POVO EM PRIMEIRO LUGAR**

**11.1.1** – A ata circunstanciada será assinada pelo Pregoeiro, equipe de apoio e pelo(s) representante(s) da(s) licitante(s) presente(s), devidamente credenciado(s).

## **12 – DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**12.1** – Qualquer pessoa poderá, no prazo de até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para a realização da sessão pública, solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o edital do Pregão.

**12.1.1** – Será admitido o encaminhamento de impugnação ou recurso administrativo, por intermédio de petição escrita dirigida à autoridade superior. Sendo obrigatório protocolar no prazo legal o original do documento.

**12.2** – Ao final da sessão, a licitante que desejar recorrer das decisões do pregoeiro deverá manifestar imediata e motivadamente tal intenção, com o devido registro em ata, sendo-lhe concedido o prazo de 3 dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

**12.3** – Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela licitante.

**12.4** – A falta de manifestação imediata e motivada, durante a sessão do Pregão, importará a preclusão do direito de recurso.

**12.5** – As impugnações, recursos e contrarrazões deverão ser encaminhados pelo correio para Av. Getúlio Vargas n° 1328 – 1° Andar – Sala 01 – Centro – Pau dos Ferros/RN.

## **13 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**13.1** – Homologado o procedimento, a Município de Pau dos Ferros/RN convocará a licitante vencedora para, no prazo de até 03 (três) dias úteis, assinar a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, sob pena de decair do direito ao registro de preços.

**13.1.1** – A licitante convocada poderá pedir prorrogação do prazo, por igual período, para assinatura da Ata de Registro de Preços, desde que formulado no curso do prazo inicial e alegado justo motivo, condicionado o atendimento do requerido, à aceitação dos motivos pelo Município de Pau dos Ferros/RN.

**13.1.2** – Havendo recusa injustificada, por parte da licitante vencedora, para assinatura da Ata de Registro de Preços, a Município de Pau dos Ferros/RN cominará multa à empresa no valor equivalente a 20% (vinte por cento), calculado sobre o valor estimado da contratação, sem prejuízo de outras sanções previstas na Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e neste edital.

**13.1.3** – Se a licitante vencedora não apresentar situação de habilitação regular, ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar a Ata de Registro de





**A CIDADE E O POVO EM PRIMEIRO LUGAR**

Preços, poderá ser convocada outra licitante. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo a sua habilitação e, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, que será declarada a vencedora do certame, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

**13.2** – O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços tem início na sua assinatura e terá validade de 12 (doze) meses, vedada a sua prorrogação.

**13.3** – Na Ata de Registro de Preços constarão todas as obrigações, direitos e deveres das partes.

**13.4** – É vedado o reajuste de preços durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, exceto nos casos previstos no art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

### **13.6 – Da execução da Ata de Registro de Preços**

**13.6.1** – A Ata de Registro de Preços somente será utilizada pelo Município de Pau dos Ferros/RN.

**13.6.2** – Ao assinar a Ata de Registro de Preços, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer os itens a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital.

**13.6.3** – São partes integrantes da Ata a ser assinada, como se transcritos estivessem, o presente edital de licitação, seus anexos e quaisquer complementos, os documentos, propostas e informações apresentadas pela licitante vencedora e que deram suporte ao julgamento da licitação.

**13.6.4** – Quaisquer atos ou ações praticadas por empregados, prepostos ou contratados da licitante vencedora, que resultarem em qualquer espécie de dano ou prejuízo para a Administração Pública e/ou para terceiros, serão de exclusiva responsabilidade da contratada.

**13.6.5** – São de responsabilidade da contratada eventuais demandas judiciais de qualquer natureza, contra ela ajuizadas, relacionadas ao presente edital e à execução do Contrato.

**13.6.6** – A licitante vencedora deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente ao Departamento de Compras da Prefeitura de Pau dos Ferros qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

**13.6.7** – A fiscalização, aceitação e rejeição dos produtos adquiridos, pelo Departamento de Compras da Prefeitura de Pau dos Ferros, atenderão ao que se encontra definido no edital e seus anexos.

### **13.7 – Da alteração da Ata de Registro de Preços**



**A CIDADE E O POVO EM PRIMEIRO LUGAR**

**13.7.1** – A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, na forma e condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**13.7.2** – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo do fornecimento dos serviços registrados, cabendo à Prefeitura Municipal de Pau dos Ferros, promover as necessárias negociações junto ao fornecedor.

**13.7.3** – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Município de Pau dos Ferros/RN deverá:

**13.7.3.1** – Convocar o fornecedor visando negociar a redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

**13.7.3.2** – Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

**13.7.3.3** – Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

**13.7.4** – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Município de Pau dos Ferros/RN, poderá:

**13.7.4.1** – Negociar os preços;

**13.7.4.2** – Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

**13.7.4.3** – Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

**13.7.5** – Não havendo êxito nas negociações, a Município de Pau dos Ferros/RN, deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

## **14 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

**14.1** – O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

**14.1.1** – Não retirar a respectiva Ata de Registro de Preços, não comunicar a ciência da Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**14.1.2** – Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

**14.1.3** – Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

**14.1.4** – Tiver presentes razões de interesse público.

**14.2** – O cancelamento de registro nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Pau dos Ferros/RN.



**A CIDADE E O POVO EM PRIMEIRO LUGAR**

**14.3** – O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço ocorrendo fato superveniente, que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado, desde que seja formulado antes da comunicação da Autorização de Fornecimento.

## **15 – DO FORNECIMENTO**

**15.1** – A contratação com os fornecedores, será formalizada pelo Município de Pau dos Ferros/RN, mediante Ata de Registro de Preços, e o fornecimento se dará após a emissão de Autorização de Fornecimento – AF, correndo às suas responsabilidades todos os direitos e deveres decorrentes da execução contratual.

### **15.2 – Comunicação da Autorização de Fornecimento**

**15.2.1** – A convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços e a comunicação da Autorização de Fornecimento será realizada através de correio eletrônico, ou outro meio de comunicação similar, no endereço indicado pela Contratada.

**15.2.2** – Assinada a Ata de Registro de Preços, a licitante vencedora será comunicada da Autorização de Fornecimento, da qual deverá informar sua ciência no prazo de 3 (três) dias úteis.

### **15.3 – Da rescisão contratual**

**15.3.1** – A rescisão do Contrato de fornecimento poderá ocorrer na forma e hipóteses previstas pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**15.3.1.1** – Da rescisão contratual decorrerá o direito de a Prefeitura de Pau dos Ferros, incondicionalmente, reter os créditos relativos ao Contrato até o limite do valor dos prejuízos causados ou em face ao cumprimento irregular do avençado, além das demais sanções estabelecidas neste edital, no Contrato e em lei, para a plena indenização do erário.

**15.4** – As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à contratada são as previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no Contrato.

## **16 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**16.1** – O pagamento da presente licitação correrá a conta dos recursos consignados no orçamento do Município de Pau dos Ferros/RN.

## **17 – DO ICMS**

**17.1** – Na emissão da Nota Fiscal, a empresa proponente deverá novamente indicar preço com valor bruto, a alíquota do ICMS, e o total líquido, sem o valor do ICMS.

## **18 – DO PAGAMENTO DAS DESPESAS**



**A CIDADE E O POVO EM PRIMEIRO LUGAR**

**18.1.** – Em sendo vencedora licitante, para a emissão da nota fiscal, será observado o valor cotado.

**18.1.2** – O preço estabelecido é fixo, único e irrevogável, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, e inclui:

**a)** todos e quaisquer ônus, quer sejam tributários, fiscais ou trabalhistas, seguros, impostos e taxas, transporte, frete e quaisquer outros encargos necessários à execução do objeto do Contrato, exceto nos casos previstos no art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

**b)** a prestação de assistência técnica durante o prazo de garantia do bem fornecido.

**18.2** – O pagamento será efetuado por Ordem Bancária, e efetivado mediante apresentação de nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome do Município de Pau dos Ferros/RN/Fundo Municipal de Saúde, devendo constar também o número da licitação e da Autorização de Fornecimento e/ou Contrato, à contratada, em conta bancária por ela indicada.

**18.2.1** – Nos casos em que a licitante vencedora informar dados bancários para pagamento em outro(s) banco(s), serão descontados da contratada os valores referentes à transferência eletrônica disponível (TED), por nota fiscal emitida.

**18.2.2** – A Nota Fiscal Eletrônica – NF-e.

**18.3** – O pagamento será liberado mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Estadual, Federal, Municipal, Trabalhista e Social (FGTS).

**18.4** – O pagamento será realizado nas datas estipuladas pelo Município de Pau dos Ferros para despesas gerais.

**18.5** – Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 117, da Constituição Estadual e artigo 40, inciso XIV, alínea “c”, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

## **19 – DAS SANÇÕES:**

**19.1** – As empresas que não cumprirem as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estarão sujeitas às sanções e penalidades estabelecidas no Edital e na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, quais sejam:

**I – Advertência;**

**II – Multa:**

**a)** 0,33% por dia de atraso, na entrega do produto ou execução do serviço/fornecimento, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9%;



**A CIDADE E O POVO EM PRIMEIRO LUGAR**

- b) 10% em caso da não entrega do produto, não execução do serviço/fornecimento ou rescisão contratual, por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;
- c) de até 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor do Contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do Contrato, exceto prazo de entrega;

### **III – Suspensão:**

A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, por até 5 anos, quando, a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta:

- a) não celebrar o Contrato;
- b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame;
- c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- d) não mantiver a proposta;
- e) falhar ou fraudar na execução do Contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo;
- g) cometer fraude fiscal;
- h) por prazo indeterminado, quando a empresa receber qualquer das multas previstas e não efetuar o pagamento.

**IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em caso de faltas graves apuradas por intermédio de processo administrativo.**

**19.2 –** Na aplicação das penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou Contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da licitante ou Contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**19.3 –**A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, conforme previsto no art. 90 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e implicará na aplicação de sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

**19.4 –** As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/contratada.

**19.5 –** Nenhum pagamento será realizado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

## **20 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**20.1 –** Somente será aceito documento original, cópia autenticada ou documento extraído de sítio eletrônico legíveis, que ofereçam condições de análise por parte do pregoeiro.



# PAU DOS FERROS PREFEITURA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



A CIDADE E O POVO EM PRIMEIRO LUGAR

**20.1.1** – A aceitação de documentos oriundos de sítio eletrônico fica condicionada à possibilidade de verificação de sua autenticidade por meio eletrônico.

**20.1.2** – A cópia não autenticada poderá ser aceita, desde que, legível e acompanhada de seu original, para fins de conferência.

**20.2** – Informações e esclarecimentos sobre o edital serão prestadas por meio do correio eletrônico [paudosferros.cpl@gmail.com](mailto:paudosferros.cpl@gmail.com) em até 02 (dois) dias úteis anteriores à data marcada para recebimento dos envelopes.

**20.3** – A solicitação de vistas ao processo licitatório deverá ser requerida, por intermédio de petição escrita dirigida à Gerência de Licitações por meio do correio eletrônico [paudosferros.cpl@gmail.com](mailto:paudosferros.cpl@gmail.com), ou ainda por meio do telefone institucional, no número (84) 9 9101-2094.

**20.4** – A Gerência de Licitações comunicará à requerente, por e-mail, a data e horário agendado para realizar vistas ao processo licitatório.

**20.5** – É facultado ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

**20.6** – As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

**20.7** – A Município de Pau dos Ferros/RN poderá revogar o presente Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

**20.8** – O presente edital e seus Anexos poderão ser alterados, pelo Município de Pau dos Ferros/RN, antes de aberta a licitação, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o art. 21, § 4º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como adiar ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou a abertura das Propostas e Documentos de Habilitação.

**20.9** – Cópia deste edital e seus anexos poderá ser obtida pelos interessados, no site <http://paudosferros.rn.gov.br/licitacao.php>.

**20.10** – A Administração não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste Edital, senão aquelas que estiverem rubricadas pela autoridade competente, ou sua cópia fiel.

**20.11** – A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irrevogável dos termos e conteúdo deste edital e seus anexos, a observância dos preceitos



**PAU DOS FERROS**  
**PREFEITURA**  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



**A CIDADE E O POVO EM PRIMEIRO LUGAR**

legais e regulamentos em vigor; e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**20.12** – Fica eleito o Foro da Comarca de Pau dos Ferros, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para apreciação judicial de quaisquer questões resultantes deste edital.

PAU DOS FERROS – RN, 13 de junho de 2018.

Nildemarcio Bezerra  
Pregoeiro Oficial



## **ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA**

### **1 – INTRODUÇÃO E BASE LEGAL**

1,1 – A elaboração deste Termo de Referência está sendo feito pelas disposições legais contidas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Decreto Federal nº 3.555, de 08 de agosto de 2000 e alterações posteriores e pelo Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores que lhe foram introduzidas.

### **2 – OBJETO:**

2.1 – **REGISTRO DE PREÇOS** para escolha de empresa especializada no fornecimento de serviços em Saúde para consultas especializadas e exames no Município de Pau dos Ferros/RN para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações e quantitativos constantes do Termo de Referência que constitui o Anexo I deste Edital.

### **3 – JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:**

3.1 – A contratação de empresa especializada na prestação de Serviços de Saúde para, Consultas Especializadas e Exames solicitada por esta Administração Pública Municipal se torna necessária e indispensável, visando o desenvolvimento das ações de saúde a serem executadas nesta área de atuação, contribuindo plenamente para a melhoria e a qualidade dos serviços médicos oferecidos à população do Município de Pau dos Ferros/RN.

### **4 – CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DA PROPOSTA**

4.1 – Para a prestação dos Serviços Médicos devem ser observadas as seguintes condições:

4.1.1 – Os serviços deverão promover o atendimento de pacientes credenciado ao Sistema Único de Saúde – SUS;

4.1.2 – Os Outros Procedimentos serão realizados em locais a serem definidos pela a administração municipal.

4.1.8 – Especificação Técnicas dos Serviços:





# PAU DOS FERROS PREFEITURA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



A CIDADE E O POVO EM PRIMEIRO LUGAR

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd licitada	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	3341 - CONSULTA COM ESPECIALIDADE PROCTOLOGIA	UN	360		
2	3342 - CONSULTA COM ESPECIALIDADE ANGIOLOGIA	UN	300		
3	3343 - CONSULTA COM ESPECIALIDADE ALERGOLOGIA	UN	200		
4	3344 - CONSULTA COM ESPECIALIDADE CARDIOLOGICA	UN	1.200		
5	3352 - CONSULTA COM ESPECIALIDADE DERMATOLÓGICA	UN	400		
6	3353 - CONSULTA COM ESPECIALIDADE MASTOLOGIA	UN	300		
7	3354 - CONSULTA COM ESPECIALIDADE ENDOCRINOLÓGICA	UN	300		
8	3355 - CONSULTA COM ESPECIALIDADE GASTRENTEROLEGIA	UN	200		
9	3356 - CONSULTA COM ESPECIALIDADE GINECOLÓGICA	UN	1.200		
10	3357 - CONSULTA COM ESPECIALIDADE HEMATOLÓGICA	UN	200		
11	3358 - CONSULTA COM ESPECIALIDADE INFECTOLOGIA	UN	100		
12	3359 - CONSULTA COM ESPECIALIDADE NEFROLOGIA	UN	100		
13	3360 - CONSULTA CEM ESPECIALIDADE NEUROLOGIA	UN	400		
14	3361 - CONSULTA COM ESPECIALIDADE NEUROPEDIATRIA	UN	200		
15	3362 - CONSULTA COM ESPECIALIDADE OBSTETRÍCIA	UN	1.200		
16	3363 - CONSULTA COM ESPECIALIDADE OFTALMOLOGIA	UN	200		
17	7664 - CONSULTA COM ESPECIALIDADE OFTALMOLOGIA PEDIÁTRICA	UN	50		



# PAU DOS FERROS PREFEITURA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



A CIDADE E O POVO EM PRIMEIRO LUGAR

18	3364 - CONSULTA COM ESPECIALIDADE ONCOLOGIA	UN	100		
19	3365 - CONSULTA COM ESPECIALIDADE ORTOPEDIA	UN	1.200		
20	3366 - CONSULTA COM ESPECIALIDADE OTORRINOLARINGOLOGIA	UN	200		
21	3367 - CONSULTA COM ESPECIALIDADE PEDIATRIA	UN	200		
22	3368 - CONSULTA COM ESPECIALIDADE PNEUMOLOGIA	UN	200		
23	3369 - CONSULTA COM ESPECIALIDADE PSIQUIATRIA	UN	200		
24	3370 - CONSULTA COM ESPECIALIDADE REUMATOLOGIA	UN	400		
25	3371 - CONSULTA COM ESPECIALIDADE UROLOGIA	UN	500		
26	3376 - MAPA	UN	360		
27	3373 - HOLTER	UN	360		
28	3377 - TESTE ERGOMÉTRICO	UN	360		
29	3375 - ECODOPPLERCARDIOGRAMA	UN	360		
30	3379 - ELETROCARDIOGRAMA	UN	360		
31	7600 - ECOCARDIOGRAMA	UN	360		
32	7601 - ECODOPPLER DE CAROTIDAS VERTEBRAIS	UN	360		
33	7599 - ECOCARDIOGRAFIA FETAL	UN	20		
34	3372 - ULTRASSONOGRAFIA GENERALIZADA	UN	2.000		
35	7602 - ULTRASSONOGRAFIA COM DOPPLER VENOSO DE MEMBROS INFERIORES MMII	UN	300		
36	3383 - PAAF MAMA	UN	250		
37	3384 - PAAF DE TIREÓIDE	UN	250		
38	7603 - COLPOSCOPIA	UN	200		
39	7604 - COLETA DE BIÓPSIA DO COLO UTERINO (VAGINA E ENDOMÉTRICO)	UN	100		
40	7605 - CAUTERIZAÇÃO DE COLO UTERINO	UN	100		
41	7607 - PAAF DE NÓDULOS CÍSTICOS GUIADO POR ULTRASSOM	UN	100		



# PAU DOS FERROS PREFEITURA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



A CIDADE E O POVO EM PRIMEIRO LUGAR

42	7608 - PAAF DE NÓDULOS SÓLIDOS DE MAMA GUIADO POR ULTRASSOM	UN	100		
43	7609 - EXERESE DE PÓLIPO CERVICAL	UN	100		
44	7610 - EXERESE DE NÓDULO E CISTOS MAMARIOS	UN	100		
45	7611 - CONIZAÇÃO DO COLO UTERINO (CONE)	UN	100		
46	7612 - CITOLOGIA ONCÓTICA	UN	100		
47	3386 - ULTRASSONOGRAFIA OCULAR	UN	50		
48	7613 - TOMOGRAFIA DE COERENCIA OPTICA DOS AMBOS OS OLHOS (OCT)	UN	30		
49	7615 - ANGIOGRAFIA DE AMBOS OS OLHOS	UN	30		
50	7614 - ANGIOFLUORESCINOGRAFIA	UN	30		
51	3387 - TOPOGRAFIA CORNEANA	UN	30		
52	7616 - VIDEOLARINGOSCOPIA FLEXÍVEL	UN	360		
53	3388 - VIDEOLARINGOSCOPIA	UN	360		
54	7617 - VIDEOENDOSCOPIA NASOSINUAL	UN	300		
55	3389 - VECTOELETRONISTAGMOGRAFIA	UN	150		
56	3391 - TESTE ALÉRGICO CUTÂNEO PARA INALANTE	UN	360		
57	3392 - ESPIROMETRIA	UN	200		
58	3390 - AUDIOMETRIA DE TRONCO CEREBRAL (BERA)	UN	50		
59	3393 - ENDOSCOPIA RESPIRATÓRIA (BRONCOSCOPIA)	UN	150		
60	7637 - COLONOSCOPIA COM RETIRADA DE PÓLIPO	SV	360		
61	3394 - COLONOSCOPIA	UN	300		
62	3395 - ENDOSCOPIA COM BIOPSIA	UN	300		
63	3396 - LARINGOSCOPIA	UN	100		
64	3397 - RETOSSIGMOIDOSCOPIA	UN	300		
65	3398 - USG ANORRETAL 3D	UN	50		
66	3402 - PROCEDIMENTO EM LIGADURA ELÁSTICA	UN	300		
67	3403 - EXAME DE MANOMETRIA RETAL	UN	50		
68	3400 - HISTEROSCOPIA	UN	50		



**A CIDADE E O POVO EM PRIMEIRO LUGAR**

69	3401 - ULTRASSONOGRRAFIA MORFOLÓGICA	UN	200		
70	7618 - URETROCISTOGRAFIA	UN	30		
71	7638 - CISTOURETROGRAFIA MICCIONAL	UN	20		
72	7639 - BIÓPSIA DE PRÓSTATA	UN	50		
73	7640 - CISTOSCOPIA	UN	50		
74	3351 - PROCEDIMENTO DE VARICOCELE	UN	100		
				<b>Total Geral</b>	

## **5 – CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

5.1 – Ser emitida por computador, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datadas e assinadas, bem como rubricada todas as folhas;

5.2 – Conter a razão social da licitante, CNPJ/MF, endereço com o CEP, número de telefone e/ou fax, banco, agência e os respectivos códigos e o n° da conta corrente para efeito de emissão de Nota de Empenho e posterior pagamento;

5.3 – Conter o preço total da proposta;

5.4 – Indicar prazo de validade da proposta e prazo de execução dos serviços objeto da licitação;

5.5 – A validade da proposta (prazo em dias consecutivos) não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias a contar da data da apresentação da proposta de preços.

## **6 – MODALIDADE DE LICITAÇÃO:**

6.1 – A contratação dos serviços será realizada mediante processo de licitação na modalidade Pregão Presencial para a formação de Sistema de Registro de Preços, viando à escolha da proposta de preços mais vantajosa, fundamentado na Lei Federal n° 10.520, de 17 de julho de 2002, subsidiariamente pela Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública.

## **7 – VIGÊNCIA DO CONTRATO:**

7.1 – O Termo de contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.



**A CIDADE E O POVO EM PRIMEIRO LUGAR**

## **8 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

- 8.1 – *Coordenar e acompanhar a execução dos serviços previstos neste Termo de Referência;*
- 8.2 – *Disponibilizar o acesso às informações e documentos necessários ao cumprimento das ações previstas neste Termo de Referência.*
- 8.3 – *Efetuar o pagamento de acordo com as condições e prazos previstos no Termo de Contrato;*

## **9 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

- 9.1 – *Prestar os serviços contratados em observância ao objeto licitado;*
- 9.2 – *Garantir a qualidade dos serviços;*
- 9.3 – *Manter durante a vigência do contrato, sob as penas da Lei, a Regularidade Jurídica, Fiscal, Econômico-Financeiro e Qualificação Técnica da empresa devidamente atualizada;*
- 9.4 – *Aceitar nas mesmas condições contratuais acréscimos ou supressões no objeto, nos termos do art. 65, § 1º, c/c o art. 57, inciso II, ambos da Lei Federal nº 8.666/93;*
- 9.5 – *Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação;*
- 9.6 – *Não transferir a outrem, no todo ou em parte, objeto da presente contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Município de Pau dos Ferros/RN.*
- 9.7 – *Considerar que a ação da fiscalização da **CONTRATANTE** não exonera a **CONTRATADA** de suas responsabilidades contratuais;*

## **10 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

- 10.1 – *Os recursos financeiros destinados às despesas decorrentes da solicitação se encontram alocados no Orçamento Geral do Município, e serão custeados com recursos provenientes do Tesouro Municipal.*

## **11 – FORMA DE PAGAMENTO:**



**PAU DOS FERROS**  
**PREFEITURA**  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



**A CIDADE E O POVO EM PRIMEIRO LUGAR**

*9.1 – O pagamento pela execução dos serviços médicos será efetuado em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas até o último dia útil do mês subsequente, conforme previsto na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores que lhe foram introduzidas.*

## **12 – DO FORO**

*12.1 – Fica eleito o foro da Comarca de Pau dos Ferros, Estado do Rio Grande do Norte, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir qualquer questão oriunda da contratação dos serviços relativos ao resultado da licitação.*

*Nildemarcio Bezerra*  
*Pregoeiro*



A CIDADE E O POVO EM PRIMEIRO LUGAR

## ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

A/C do Sr. Pregoeiro

**Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para escolha de empresa especializada no fornecimento de serviços em saúde para consultas especializadas e exames no Município de Pau dos Ferros/RN para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações e quantitativos constantes no Edital.**

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd licitada	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	3341 - CONSULTA COM ESPECIALIDADE PROCTOLOGIA	UN	360		
2	3342 - CONSULTA COM ESPECIALIDADE ANGIOLOGIA	UN	300		
3	3343 - CONSULTA COM ESPECIALIDADE ALERGOLOGIA	UN	200		
4	3344 - CONSULTA COM ESPECIALIDADE CARDIOLOGICA	UN	1.200		
5	3352 - CONSULTA COM ESPECIALIDADE DERMATOLÓGICA	UN	400		
6	3353 - CONSULTA COM ESPECIALIDADE MASTOLOGIA	UN	300		
7	3354 - CONSULTA COM ESPECIALIDADE ENDOCRINOLÓGICA	UN	300		
8	3355 - CONSULTA COM ESPECIALIDADE GASTROENTEROLEGIA	UN	200		
9	3356 - CONSULTA COM ESPECIALIDADE GINECOLÓGICA	UN	1.200		
10	3357 - CONSULTA COM ESPECIALIDADE HEMATOLÓGICA	UN	200		
11	3358 - CONSULTA COM ESPECIALIDADE INFECTOLOGIA	UN	100		
12	3359 - CONSULTA COM ESPECIALIDADE NEFROLOGIA	UN	100		



# PAU DOS FERROS PREFEITURA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



A CIDADE E O POVO EM PRIMEIRO LUGAR

13	3360 - CONSULTA CEM ESPECIALIDADE NEUROLOGIA	UN	400		
14	3361 - CONSULTA COM ESPECIALIDADE NEUROPEDIATRIA	UN	200		
15	3362 - CONSULTA COM ESPECIALIDADE OBSTETRÍCIA	UN	1.200		
16	3363 - CONSULTA COM ESPECIALIDADE OFTALMOLOGIA	UN	200		
17	7664 - CONSULTA COM ESPECIALIDADE OFTALMOLOGIA PEDIÁTRICA	UN	50		
18	3364 - CONSULTA COM ESPECIALIDADE ONCOLOGIA	UN	100		
19	3365 - CONSULTA COM ESPECIALIDADE ORTOPEDIA	UN	1.200		
20	3366 - CONSULTA COM ESPECIALIDADE OTORRINOLARINGOLOGIA	UN	200		
21	3367 - CONSULTA COM ESPECIALIDADE PEDIATRIA	UN	200		
22	3368 - CONSULTA COM ESPECIALIDADE PNEUMOLOGIA	UN	200		
23	3369 - CONSULTA COM ESPECIALIDADE PSIQUIATRIA	UN	200		
24	3370 - CONSULTA COM ESPECIALIDADE REUMATOLOGIA	UN	400		
25	3371 - CONSULTA COM ESPECIALIDADE UROLOGIA	UN	500		
26	3376 - MAPA	UN	360		
27	3373 - HOLTER	UN	360		
28	3377 - TESTE ERGOMÉTRICO	UN	360		
29	3375 - ECODOPPLERCARDIOGRAMA	UN	360		
30	3379 - ELETROCARDIOGRAMA	UN	360		
31	7600 - ECOCARDIOGRAMA	UN	360		
32	7601 - ECODOPPLER DE CAROTIDAS VERTEBRAIS	UN	360		
33	7599 - ECOCARDIOGRAFIA FETAL	UN	20		
34	3372 - ULTRASSONOGRAFIA GENERALIZADA	UN	2.000		





# PAU DOS FERROS PREFEITURA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



A CIDADE E O POVO EM PRIMEIRO LUGAR

35	7602 - ULTRASSONOGRRAFIA COM DOPPLER VENOSO DE MEMBROS INFERIORES MMII	UN	300		
36	3383 - PAAF MAMA	UN	250		
37	3384 - PAAF DE TIREÓIDE	UN	250		
38	7603 - COLPOSCOPIA	UN	200		
39	7604 - COLETA DE BIÓPSIA DO COLO UTERINO (VAGINA E ENDOMÉTRICO)	UN	100		
40	7605 - CAUTERIZAÇÃO DE COLO UTERINO	UN	100		
41	7607 - PAAF DE NÓDULOS CÍSTICOS GUIADO POR ULTRASSOM	UN	100		
42	7608 - PAAF DE NÓDULOS SÓLIDOS DE MAMA GUIADO POR ULTRASSOM	UN	100		
43	7609 - EXERESE DE PÓLIPO CERVICAL	UN	100		
44	7610 - EXERESE DE NÓDULO E CISTOS MAMARIOS	UN	100		
45	7611 - CONIZAÇÃO DO COLO UTERINO (CONE)	UN	100		
46	7612 - CITOLOGIA ONCÓTICA	UN	100		
47	3386 - ULTRASSONOGRRAFIA OCULAR	UN	50		
48	7613 - TOMOGRAFIA DE COERENCIA OPTICA DOS AMBOS OS OLHOS (OCT)	UN	30		
49	7615 - ANGIOGRAFIA DE AMBOS OS OLHOS	UN	30		
50	7614 - ANGIOFLUORESCENOGRRAFIA	UN	30		
51	3387 - TOPOGRAFIA CORNEANA	UN	30		
52	7616 - VIDEOLARINGOSCOPIA FLEXÍVEL	UN	360		
53	3388 - VIDEOLARINGOSCOPIA	UN	360		
54	7617 - VIDEOENDOSCOPIA NASOSINUAL	UN	300		
55	3389 - VECTOELTRONISTAGMOGRAFIA	UN	150		
56	3391 - TESTE ALÉRGICO CUTÂNEO PARA INALANTE	UN	360		
57	3392 - ESPIROMETRIA	UN	200		
58	3390 - AUDIOMETRIA DE TRONCO CEREBRAL (BERA)	UN	50		
59	3393 - ENDOSCOPIA RESPIRATÓRIA (BRONCOSCOPIA)	UN	150		



# PAU DOS FERROS PREFEITURA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



A CIDADE E O POVO EM PRIMEIRO LUGAR

60	7637 - COLONOSCOPIA COM RETIRADA DE PÓLIPO	SV	360		
61	3394 - COLONOSCOPIA	UN	300		
62	3395 - ENDOSCOPIA COM BIOPSIA	UN	300		
63	3396 - LARINGOSCOPIA	UN	100		
64	3397 - RETOSSIGMOIDOSCOPIA	UN	300		
65	3398 - USG ANORRETAL 3D	UN	50		
66	3402 - PROCEDIMENTO EM LIGADURA ELÁSTICA	UN	300		
67	3403 - EXAME DE MANOMETRIA RETAL	UN	50		
68	3400 - HISTEROSCOPIA	UN	50		
69	3401 - ULTRASSONOGRAFIA MORFOLÓGICA	UN	200		
70	7618 - URETROCISTOGRAFIA	UN	30		
71	7638 - CISTOURETROGRAFIA MICCIONAL	UN	20		
72	7639 - BIÓPSIA DE PRÓSTATA	UN	50		
73	7640 - CISTOSCOPIA	UN	50		
74	3351 - PROCEDIMENTO DE VARICOCELE	UN	100		
<b>Total Geral</b>					

Valor total R\$ ..... (Valor total por extenso)

Dados da Licitante Razão

Social/Nome:

Endereço:

Município:

Estado:

CEP:

CNPJ/CPF/MF:

Telefone: ( )

Fac-simile: ( )

E-Mail:

Banco:

Agência:

Conta:

Representante:

Local e data:

Nome, cargo e assinatura

Carimbo com Razão Social e CNPJ

Obs.: Esse modelo não isenta da obrigatoriedade de informações solicitada no Edital.



**PAU DOS FERROS**  
**PREFEITURA**  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



**A CIDADE E O POVO EM PRIMEIRO LUGAR**

**ANEXO III**  
**IDENTIFICAÇÃO DOS ENVELOPES**

PREFEITURA DE PAU DOS FERROS/RN  
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 90042/2018  
**ENVELOPE nº 1 – PROPOSTA DE PREÇOS**

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:  
CNPJ:  
FONE / E-MAIL:

PREFEITURA DE PAU DOS FERROS/RN  
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 90042/2018  
**ENVELOPE nº 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:  
CNPJ:  
FONE / E-MAIL:



**PAU DOS FERROS**  
**PREFEITURA**  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



**A CIDADE E O POVO EM PRIMEIRO LUGAR**

**ANEXO IV**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS CONDIÇÕES DE**  
**HABILITAÇÃO**

NOME/RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA: .....

CGC/CNPJ: .....

ENDEREÇO: .....

**DECLARAÇÃO**

Declaramos para efeitos do Edital de Pregão Presencial SRP nº 90042/2018, instaurado e conduzido pela Prefeitura de Pau dos Ferros, conforme exigido pelo inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que atendemos plenamente as condições de habilitação estabelecidas neste Edital.

Local e data,.....

Nome, cargo e assinatura  
Razão Social da empresa



**A CIDADE E O POVO EM PRIMEIRO LUGAR**

**ANEXO V**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO COMPROBATÓRIA DE ENQUADRAMENTO COMO**  
**MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

Declaramos para os efeitos do disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que a Empresa....., CNPJ ....., está enquadrada na categoria.....(Pequeno Porte ou Microempresa), bem como não está incluída nas hipóteses do §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Local e data, .....

Nome, cargo e assinatura  
Razão Social da empresa



A CIDADE E O POVO EM PRIMEIRO LUGAR

**ANEXO VI**  
**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, CEP 59.900-000, inscrito no CNPJ sob o nº 08.148.421/0001-76, neste ato representada por \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATANTE, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em face do Pregão Presencial PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 90042/2018, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** das empresas vencedoras, que apresentaram preços mais vantajosos, por Item, sujeitando-se as partes ao edital de Pregão Presencial PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 90042/2018, as determinações da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas legais federais e estaduais vigentes e pelas cláusulas e condições que se seguem.

**Empresa vencedora:** xxxxx, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xxxx, com sede na rua xxxxx, nº xxx, Bairro xxxx – Cep: xxx – xxxxxx – Telefone fixo (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu Procurador/Sócio Administrador, Sr. xxxxx, portador do CPF nº xxxxxx, documento de identidade nº xxxxx, Telefone celular (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, e-mail xxxxxxxx@xxxxx.xxx.xx, doravante, denominada FORNECEDORA.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Constitui objeto do presente instrumento o **REGISTRO DE PREÇOS para escolha de empresa especializada no fornecimento de serviços em saúde para consultas especializadas e exames no Município de Pau dos Ferros/RN para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações e quantitativos constantes do Termo de Referência que constitui o Anexo I deste Edital**, com as características constantes das propostas julgadas vencedoras, que passam a fazer parte integrante desta ATA.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Em cada fornecimento decorrente desta Ata de Registro de Preços, serão observadas quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital Pregão Presencial PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 90042/2018 que a precedeu, a qual também integra o presente instrumento de compromisso.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago é o constante da proposta apresentada no Pregão Presencial PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 90042/2018, pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS**

**Lista de itens por ganhador**



**A CIDADE E O POVO EM PRIMEIRO LUGAR**

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO**

A licitante vencedora deverá efetuar a execução do serviço, em perfeitas condições de uso, em estrita observância das especificações do Edital, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência, conforme demanda solicitada por meio de Autorização de Fornecimento.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A execução do serviço deverá ocorrer no prazo máximo de 03 (três) dias consecutivos, contados a partir da data da comunicação da AF – Autorização de Fornecimento.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A Contratada, obriga-se a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos e incorreções, correndo estes custos por sua conta.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O aceite dos serviços pela Contratante, não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do serviço ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no edital ou atribuídas pela Contratada, verificados posteriormente, garantindo-se à Contratante as faculdades previstas no artigo 18, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

### **CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O pagamento será efetuado por Ordem Bancária, e efetivado mediante apresentação de nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome de uma das unidades administrativas do Município de Pau dos Ferros, devendo constar também o número deste contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Nos casos em que a licitante vencedora informar dados bancários para pagamento em outro(s) banco(s), serão descontados da fornecedora os valores referente à transferência eletrônica disponível (TED), por nota fiscal emitida.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - a nota fiscal deve, obrigatoriamente, ser substituída pela Nota Fiscal Eletrônica – NF-e.

**PARÁGRAFO QUARTO** – O pagamento será realizado até trinta dias após a emissão das notas fiscais.

**PARÁGRAFO QUINTO** – O pagamento será liberado mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Estadual, Federal, Municipal, Trabalhista e FGTS.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 117, da Constituição Estadual e artigo 40, inciso XIV, alínea “c”, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

### **CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO e GARANTIA**

A execução do serviço só estará permitida após a comunicação da Autorização de Fornecimento/Serviço.



**A CIDADE E O POVO EM PRIMEIRO LUGAR**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O recebimento provisório ocorrerá por ocasião da execução do serviço no local indicado, mediante assinatura do responsável indicado.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Os Serviços poderão ser rejeitadas, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias corridos, a contar da notificação à contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A licitante vencedora será comunicada da Autorização de Fornecimento – AF, através de correio eletrônico, ou outro meio de comunicação similar.

**PARÁGRAFO QUARTO** – A licitante vencedora terá o prazo de 3 (três) dias úteis para responder à comunicação informando sua ciência.

**PARÁGRAFO QUINTA** – Após o prazo previsto no parágrafo anterior, caso não haja manifestação da licitante vencedora, poderá ser convocada outra licitante.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Os serviços deverão ser aceitos mediante elaboração dos seguintes documentos:

- a) Termo de Recebimento Provisório, na execução dos serviços, acompanhado da Nota Fiscal para posterior verificação da conformidade do material com as especificações constantes neste Termo de Referência.
- b) Termo de Recebimento Definitivo, a ser assinado e enviado no prazo de até 3 (três) dias úteis, confeccionado pelo Secretário Requisitante.

**PARÁGRAFO SETIMO** – O aceite dos serviços pela Contratante, não exclui a responsabilidade civil da Fornecedora por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no edital ou atribuídas pela Fornecedora, verificados posteriormente, garantindo-se à Contratante as faculdades previstas no artigo 18, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

**PARÁGRAFO OITAVO** – O texto e demais exigências legais previstas devem estar em conformidade com a legislação do Código de Defesa do Consumidor e Legislação específica no que couber.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços tem início na data de sua assinatura e terá validade por 12 (doze) meses, vedada a sua prorrogação.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Nos termos do art. 15, § 4º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Prefeitura de Pau dos Ferros não está obrigada a adquirir exclusivamente por intermédio desta Ata, durante o seu período de vigência, Os Serviços cujos preços nela estejam registrados, podendo adotar para tanto uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento aos registrados, no caso de igualdade de condições.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**





**A CIDADE E O POVO EM PRIMEIRO LUGAR**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, na forma e condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo do fornecimento dos serviços registrados, cabendo à Prefeitura Municipal de Pau dos Ferros promover as necessárias negociações junto ao fornecedor.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Município de Pau dos Ferros deverá:

- a) Convocar o fornecedor visando negociar a redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.
- b) Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.
- c) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Município de Pau dos Ferros poderá:

- a) Negociar os preços.
- b) Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
- c) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Não havendo êxito nas negociações, o Município de Pau dos Ferros deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

## **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **PARÁGRAFO PRIMEIRO – Obriga-se a FORNECEDORA:**

- a) a atender todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada Item, observado o disposto na Cláusula Segunda e Sétima.
- b) ao fornecimento do objeto deste Registro de Preços, de acordo com as especificações constantes no Anexo I do Edital de Pregão Presencial PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 90042/2018, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor.
- c) apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a realização do serviço, sem qualquer ônus adicional.
- d) manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do Pregão Presencial PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 90042/2018.



**A CIDADE E O POVO EM PRIMEIRO LUGAR**

e) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à contratante ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento.

f) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto deste instrumento.

g) responsabilizar-se pela entrega, garantia e pela boa execução e eficiência na prestação do serviço objeto do Edital de Pregão Presencial PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 90042/2018.

h) comprovar a execução dos serviços.

i) manter durante a vigência do Contrato as condições de habilitação exigidas no Edital.

j) responsabilizar-se por quaisquer encargos, despesas, taxas, inclusive de seguro, decorrentes das operações necessárias à execução do objeto contratado.

k) assumir todos os encargos sociais, trabalhistas, fiscais, previdenciários e comerciais resultantes da execução contratual, bem como por eventuais demandas de caráter cível ou penal relacionadas à execução da mesma.

#### **PARÁGRAFO SEGUNDO – Obriga-se o Município de Pau dos Ferros:**

a) a prática de todos os atos de controle e administração do SRP.

b) assegurar o fiel cumprimento das condições estabelecidas neste edital.

c) comunicar à empresa contratada quaisquer defeitos detectados no fornecimento dos serviços executados.

d) aplicar à contratada as Sanções cabíveis.

e) comprovar e relatar por escrito as eventuais irregularidades na execução do objeto contratado.

f) sustar a aquisição da licença por estar em desacordo com o especificado ou por outro motivo que justifique tal medida.

#### **CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

O pagamento do presente Contrato correrá à conta dos recursos consignados no Orçamento de 2018/2019.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A fornecedora terá seu registro cancelado quando:

a) não retirar a respectiva Ata de Registro de Preços, não comunicar a ciência da Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

b) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços.

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

d) tiver presentes razões de interesse público.



**A CIDADE E O POVO EM PRIMEIRO LUGAR**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O cancelamento de registro nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente da Prefeitura de Pau dos Ferros.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A fornecedora poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço ocorrendo fato superveniente, que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado, desde que seja formulado antes da comunicação da Autorização de Fornecimento.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços ensejará a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em Lei, com assento no Capítulo III, Seção V, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nos seguintes casos:

**I** – por ato unilateral e escrito da Contratante, nos casos enumerados nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**II** – amigavelmente, por acordo entre as partes, mediante formalização por intermédio de aviso com antecedência mínima de 30 dias, não cabendo indenização de qualquer das partes, exceto para pagamento dos fornecimentos comprovadamente prestados.

**III** – judicialmente, na forma da legislação vigente.

**IV** – a rescisão contratual determinada por ato unilateral, em que constatado o descumprimento do avençado, acarreta as seguintes consequências para a Fornecedora, sem prejuízo das sanções previstas:

**a)** execução dos valores das multas e indenizações devidas à Contratante.

**b)** retenção dos créditos decorrentes da Ata de Registro de Preços até o limite dos prejuízos causados à Contratante.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

As empresas que não cumprirem as normas de licitação e as obrigações contratuais ora assumidas estarão sujeitas às sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, 21 de junho de 1993, quais sejam:

**I – Advertência.**

**II – Multa:**

**a)** 0,33% por dia de atraso, na execução do serviço/fornecimento, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9%.

**b)** 10% em caso de não execução, não execução do serviço/fornecimento ou rescisão contratual, por culpa da fornecedora, calculado sobre a parte inadimplente.

**c)** de até 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor da Ata de Registro de Preços, pelo descumprimento de qualquer cláusula da Ata de Registro de Preços, exceto prazo de execução.

**III – Suspensão:**

A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, por até 5 anos, quando, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta:

**a)** não celebrar a Ata de Registro de Preços.

**b)** deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame.



**A CIDADE E O POVO EM PRIMEIRO LUGAR**

- c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto.
- d) não manter a proposta.
- e) falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preços.
- f) comportar-se de modo inidôneo.
- g) cometer fraude fiscal.
- h) por prazo indeterminado, quando a empresa receber qualquer das multas previstas e não efetuar o pagamento.

**IV** – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em caso de faltas graves apuradas por intermédio de processo administrativo.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurada à fornecedora o contraditório e ampla defesa.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Na aplicação das penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da Fornecedora, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da Fornecedora, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, conforme previsto no art. 90 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e implicará na aplicação de sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

**PARÁGRAFO QUARTO** – As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/fornecedora.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – São partes integrantes da presente Ata, independentemente de sua transcrição, o Edital do Pregão Presencial PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 90042/2018, seus Anexos e a proposta da Fornecedora.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca da Cidade de Pau dos Ferros, com a renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para serem dirimidas questões originárias da execução desta Ata.

E, por estarem justos e acordados, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas na presente Ata de Registro de Preços que, lida e achado conforme, foi confeccionada em via única sendo sua cópia, de igual teor e forma, enviada ao(s) licitante(s) interessado(s) tendo como testemunhas os senhores abaixo identificados, presentes neste ato.

Pau dos Ferros/RN, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.



**PAU DOS FERROS**  
**PREFEITURA**  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



**A CIDADE E O POVO EM PRIMEIRO LUGAR**

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
CPF:

\_\_\_\_\_  
CPF:



**PAU DOS FERROS**  
**PREFEITURA**  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



**A CIDADE E O POVO EM PRIMEIRO LUGAR**

**ANEXO VII**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º**  
**DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

....., inscrito(a) no CNPJ sob o nº....., por intermédio de seu representante legal, Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF no ....., **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999 e **inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal** que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

Local e data, .....

Nome, cargo e assinatura  
Razão Social da Empresa



**PAU DOS FERROS**  
**PREFEITURA**  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



**A CIDADE E O POVO EM PRIMEIRO LUGAR**

**ANEXO VIII**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS NORMAS REFERENTES À**  
**SAÚDE E À SEGURANÇA NO TRABALHO**

Declaro para os devidos fins e efeitos que esta Empresa, cumpre com toda a legislação federal, estadual e municipal referente à Saúde e à Segurança no trabalho de nossos empregados, bem como todos os dispositivos relativos à matéria constantes de acordos, convenções ou dissídios coletivos.

Por ser verdade firmo a presente declaração.

Local e data, .....

NOME, CARGO E ASSINATURA DO  
REPRESENTANTE DA EMPRESA  
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA



**PAU DOS FERROS**  
**PREFEITURA**  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



**A CIDADE E O POVO EM PRIMEIRO LUGAR**

**ANEXO IX**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI SERVIDOR PÚBLICO NO**  
**QUADRO SOCIETÁRIO**

Declaro, em atendimento ao previsto nas Condições do edital do Pregão Presencial - SRP n.º 90042/2018, não possuo em seu quadro societário funcionário público do Município de Pau dos Ferros/RN.

Por ser verdade firmo a presente declaração.

Local e data, .....

NOME, CARGO E ASSINATURA DO  
REPRESENTANTE DA EMPRESA  
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA





A CIDADE E O POVO EM PRIMEIRO LUGAR

**ANEXO X**  
**MINUTA DE CONTRATO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 18040801/2018**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 90042/2018**

**MINUTA DO TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE PARA CONSULTAS ESPECIALIZADAS E EXAMES NO MUNICÍPIO DE PAU DOS FERROS/RN Nº \_\_\_\_\_, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PAU DOS FERROS/RN, POR INTERMÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL, COM INTERVENIÊNCIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA \_\_\_\_\_, NA FORMA E CONDIÇÕES ABAIXO ESTABELECIDAS:**

O **MUNICÍPIO DE PAU DOS FERROS/RN**, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL**, pessoa jurídica de direito público da Administração Direta, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, sediada na Avenida Getúlio Vargas, nº 1323, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.148.421/0001-76, representada neste ato pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, **LEONARDO NUNES RÊGO**, brasileiro, casado, Administrador, portador da Cédula de Identidade nº 1.561.322 SSP/RN, inscrito no CPF nº 025.260.944-10, residente e domiciliado na Rua Vereador Gaudêncio Jerônimo de Souza, nº 1670, Centro, Pau dos Ferros/RN, **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, sediada na Rua: Jose Torquato de Figueiredo neste município inscrito no CNPJ/MF 11.692.750/0001-98 representada neste ato pela Secretária Municipal de Saúde Sra. **Zélia Maria Leite**, e do outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_, estabelecida na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, representada neste ato pelo responsável legal \_\_\_\_\_, brasileiro, \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, de acordo com as formalidades constantes do **Processo Administrativo nº 18040801/2018**, referente ao Pregão Presencial nº 90042/2018, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, com fundamento legal na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho



**A CIDADE E O POVO EM PRIMEIRO LUGAR**

de 2002 e pelos Decretos Federais nº 3.555, de 08 de agosto de 2000 e nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, aplicando-se subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores que lhe foram introduzidas e demais normas aplicáveis à espécie, ao qual as partes sujeitam-se a cumprir, mediante as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

**1 – CLÁUSULA PRIMEIRO – DO OBJETO**

1.1 – **REGISTRO DE PREÇOS** para escolha de empresa especializada no fornecimento de serviços em saúde para consultas especializadas e exames no Município de Pau dos Ferros/RN para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações e quantitativos constantes no Edital.

**2 – CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL**

2.1 – A contratação objeto deste instrumento é celebrada com base no resultado, adjudicação e homologação da Licitação instaurada através do Pregão Presencial nº 90042/2018.

**3 – CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR**

3.1 - Integram e complementam este Termo de Contrato, no que não o contrariem, o ato convocatório, a proposta da contratada e demais documentos integrantes e constitutivos da licitação de que trata a cláusula anterior.

**4 – CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1 – Pela execução dos serviços de cada item adjudicado à **CONTRATADA** será pago o valor unitário ofertado em sua proposta de preços para o respectivo item adjudicado, totalizando, no final, um montante de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_). Nos preços estão incluídos mão-de-obra, frete, impostos, taxas e demais encargos necessários à execução do contrato.

4.2 – Os recursos financeiros destinados às despesas decorrentes da solicitação se encontram alocados no Orçamento Geral do Município, e serão custeados com recursos provenientes do Tesouro Municipal.

**5 – CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

5.1 – Pela prestação dos serviços a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, mediante documento fiscal próprio emitido por esta, até o quinto dia útil do mês subsequente a prestação dos serviços:



**A CIDADE E O POVO EM PRIMEIRO LUGAR**

5.2 – Repassará à **CONTRATADA** o valor referente aos serviços profissionais/honorários médicos pagos pelos convênios atendidos, exclusivamente, referente aos atendimentos à pacientes internados o valor mensal de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ), sendo atribuído o valor total de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ), proposto para o Serviço de Médicos Especializados.

5.3 – Eventual glosa que a conta referente aos atendimentos realizados venha a sofrer pelo Fundo Municipal de Saúde será de responsabilidade da empresa contratada.

5.4 – A empresa Contratada deverá emitir documento fiscal e encaminhá-lo ao Fundo Municipal de Saúde para pagamento até quinze dias corridos após o recebimento de recursos oriundos do Sistema Único de Saúde, repassados ao Fundo Municipal de Saúde, do mês subsequente ao de prestação dos serviços.

5.5 – O pagamento será efetuado diretamente pelo Setor Financeiro à empresa contratada, ou através de Ordem Bancária, creditada na conta corrente da empresa, sendo vedada a realização do pagamento através de cobrança bancária.

5.6 – A empresa **CONTRATADA** deverá apresentar mensalmente ao Setor Financeiro cópias das guias de recolhimento comprovando a regularidade fiscal junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e ao Imposto de Renda, sob pena de não ser efetivado o pagamento pela **CONTRATANTE** até a apresentação dos referidos documentos.

5.7 – Dos pagamentos efetuados serão retidos os valores porventura devidos em razão de multas e penalidades aplicadas à empresa contratada.

5.8 – Havendo renovação do contrato, o preço proposto será revisado de acordo com o índice IGP-M do período acumulado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice oficial que vier a substituí-lo.

## **6 – CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA**

6.1 – Fica estabelecido entre as partes que a vigência desta contratação será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura deste instrumento, com eficácia da publicação do extrato em local de acesso ao público e no Diário Oficial do Município de PAU DOS FERROS/RN.

## **7 – CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**



## **7. 1. DA CONTRATADA:**

*7.1.1 – Prestar o serviço de acordo com as especificações e exigências do Edital, do Termo de Referência, da Proposta de Preços e Legislação Complementar.*

*7.1.2 – Cumprir as demais condições e/ou requisitos do Edital atinentes à habilitação e preenchimento da proposta de preços sob pena de aplicação das sanções previstas pela **CONTRATANTE**.*

*7.1.3 – Manter durante a execução do objeto as mesmas condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação, inclusive para fins de pagamento.*

*7.1.4 – Implantar e proporcionar o funcionamento eficaz dos Serviços Médicos especializados no máximo 03 (três) dias ininterruptos após a assinatura do Termo de Contrato de Prestação de Serviços.*

*7.1.5 – Apresentar, sempre que solicitado, documentação que comprove a regularidade fiscal junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e ao Imposto de Renda.*

*7.1.6 – Substituir a qualquer tempo, profissional ou prestador de serviço, após solicitação da Secretária Municipal de Saúde, que comprovadamente não esteja desempenhando adequadamente as funções profissionais ou não cumpra as regras e rotinas gerais da Secretaria Municipal de Saúde após amplo direito de defesa.*

*7.1.7 – Utilizar de acordo com as regras e rotinas estipuladas pelo convênio atendido e pela Administração da Secretaria Municipal de Saúde, a estrutura física, material e funcional do hospital, que estará disponível para a perfeita prestação dos serviços.*

*7.1.8 – Responder juridicamente por todo e qualquer dano causado a Secretaria Municipal de Saúde ou terceiros, seja por culpa ou dolo, por prepostos em atividade pela empresa;*

*7.1.9 – Fornecer a Secretaria Municipal de Saúde, com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, escala contemplando o período de um mês indicando os profissionais médicos e os dias de atuação, e em conjunto, indicar o profissional médico que ficará de sobreaviso para eventuais necessidades;*



**A CIDADE E O POVO EM PRIMEIRO LUGAR**

*7.1.10 – Respeitar as regras e rotinas estipuladas pelo convênio atendido e pela Administração da Secretaria Municipal de Saúde na realização dos procedimentos e no uso da estrutura física, material e funcional do hospital;*

*7.1.11 – Participar sem ônus, quando solicitado, de toda e qualquer iniciativa da Secretaria Municipal de Saúde no que diz respeito a programas, ações, campanhas e outros, em relações às políticas públicas de saúde em que a Secretaria Municipal de Saúde esteja inserido tanto a nível local, estadual ou nacional;*

*7.1.12 – Participar quando convidada ou convocada de todos os projetos e ações implementadas pela Secretaria Municipal de Saúde no que diz respeito a treinamentos e melhorias de padrões de atendimento;*

*7.1.13 – Qualquer espécie de propaganda veiculada na mídia, referente ao serviço prestado, deve caracterizar, de forma geral, a Secretaria Municipal de Saúde como prestador, devendo figurar também a marca oficial da Secretaria Municipal de Saúde. A propaganda deve previamente ser autorizada pela Administração da Secretaria Municipal de Saúde.*

*7.1.14 – Os profissionais médicos, os funcionários da Secretaria Municipal de Saúde e qualquer outro prestador de serviços contratado, quando atuando na Secretaria Municipal de Saúde, deve atender exclusivamente apenas um único departamento ou setor, sendo vedada a prestação dúplice de serviços entre terceiros e a Secretaria Municipal de Saúde ou entre serviços, na forma concomitante, simultânea ou coincidente.*

*7.1.15 – Credenciar preposto para solucionar os problemas inerentes à execução dos serviços contratados e com plenos poderes para a adoção de providências necessárias ao cumprimento do Contrato;*

*7.1.16 – Cumprir rigorosamente o calendário da prestação dos serviços ora contratados, na forma, prazo e condições estabelecidas pela **CONTRATANTE**;*

*7.1.17 – Comunicar à **CONTRATANTE** qualquer ocorrência que impeça a prestação dos serviços contratados;*

*7.1.18 – Conduzir a execução deste instrumento em escrita observância à legislação Federal, Estadual, Municipal, Código de Ética, Resoluções do Conselho Federal de Medicina;*

*7.1.19 – Designar, por ocasião da habilitação dos profissionais, o responsável técnico da equipe, que também assumirá o compromisso de responsabilidade técnica da Secretaria Municipal de Saúde e este será responsável pela escala de plantão;*



**A CIDADE E O POVO EM PRIMEIRO LUGAR**

7.1.20 – *Substituir, sem custo adicional qualquer profissional afastado por doença, férias ou outro motivo qualquer, por outro profissional com a mesma capacitação técnica exigida, de modo que não haja interrupção na prestação do serviço;*

7.1.21 – *Disponibilizar pelo menos 01 (um) profissional médico, devidamente habilitado, para exercício das funções médicas nos plantões, atendida a escala de plantão determinada pela Administração Pública Municipal.*

## **7.2 – DA CONTRATANTE**

7.2.1 – *Efetuar o pagamento a **CONTRATADA**, observando os prazos preestabelecidos, no Edital, bem como controlar o estrito cumprimento das obrigações contratuais;*

7.2.2 – *Fornecer à **CONTRATADA** todas as condições necessárias para o efetivo desenvolvimento dos serviços ora contratados;*

7.2.3 – *Fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços a serem desenvolvidos pela **CONTRATADA**;*

7.2.4 – *Prestar à **CONTRATADA** todos os esclarecimentos necessários à execução do Contrato;*

7.2.5 – *Fazer a retenção de impostos/tributos, quando for o caso.*

## **8 – CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

8.1 – *Constituem causa para rescisão deste contrato:*

8.1.1 – *O **CONTRATADO** reconhece o direito da Administração de rescindir unilateralmente o contrato, no caso de inexecução total ou parcial das obrigações pactuadas, com base no Art. 77, da Lei Federal nº 8.666/93.*

8.2.2 – *Poderá ainda ser rescindido por mútuo consentimento, ou unilateralmente pela **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias à **CONTRATADA**, por motivo de interesse público e demais hipóteses previstas nos incisos I a XII e XVII do Art. 78, da Lei Federal nº 8.666/93, ou ainda, judicialmente, nos termos da legislação pertinente.*

8.3 – *A rescisão procedida com base nas cláusulas anteriores não incidirá multa ou indenização de qualquer natureza.*

8.4 – *Ocorrerá a rescisão do presente contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, nas situações previstas nos incisos I a XVIII, do artigo 78, da Lei 8.666/93 em sua atual redação e especialmente quando a empresa adjudicatária:*



**A CIDADE E O POVO EM PRIMEIRO LUGAR**

8.4.1 – *atrasar injustificadamente a prestação de serviços do objeto licitado, após 03 (cintrêsc) dias, do prazo preestabelecido na Cláusula Sétima deste instrumento contratual.*

8.4.2 – *falir ou dissolver-se; e*

8.4.3 – *transferir, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem a expressa anuência do Município de Pau dos Ferros/RN.*

## **9 – CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO**

9.1 – *O pagamento será efetuado em sua totalidade no prazo não superior a 30 (trinta) dias a contar da data da prestação de serviços de cada parcela do objeto, mediante apresentação da Nota Fiscal Eletrônica de Prestação de Serviços discriminativa devidamente conferida e atestada pelo Setor competente.*

9.2 – *Os preços são fixos e irreajustáveis, salvo nas situações em que houve majoração nos componentes do objeto com reflexos oficialmente demonstrado pela **CONTRATADA** e em justificadas condições capazes de comprometer o seu equilíbrio econômico-financeiro.*

## **10 – CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1 – *Pela inexecução total ou parcial do presente contrato, a **CONTRATANTE** poderá, garantida a defesa prévia aplicar à **CONTRATADA**, as seguintes sanções:*

a) *advertência;*

b) *multa;*

b1) *Será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal proposto pela empresa adjudicada, quando esta deixar de devolver o contrato assinado ou devolve-lo sem assinatura, dentro do prazo de 03 (três) dias ininterruptos após seu recebimento;*

b2) *Será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal proposto pela empresa adjudicada, sempre que esta descumprir qualquer obrigação assumida em face do contrato inclusive quando o profissional médico especialista a serviço da **CONTRATADA** ausentar-se do plantão presencial, sem que seja prontamente substituído por outro profissional médico especialista;*

c) *rescisão contratual;*

d) *suspensão temporária de participação em licitações e contratar com a União, Estado, Distrito Federal ou Municípios, nos casos de fraude ou falha a execução do contrato, pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, nos termos do art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002;*



**A CIDADE E O POVO EM PRIMEIRO LUGAR**

*e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.*

*10.2 – Na aplicação das penalidades prevista no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou contratada, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o art. 87, “caput”, da Lei Federal nº 8.666/93.*

*10.3 – As penalidades serão registradas no cadastro do **CONTRATADO**, quando for o caso.*

*10.4 – Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao licitante em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.*

*10.5 – As multas a que se refere o item acima incidem sobre o valor da parcela em atraso e serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela **CONTRATANTE** ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.*

*10.6 – Ocorrendo a inexecução de que trata o item 10.1 reserva-se ao órgão requisitante o direito de acatar a oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação, pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de PAU DOS FERROS/RN que adotará as medidas cabíveis.*

*10.7 – A segunda adjudicatária, na ocorrência da hipótese prevista no item acima, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.*

## **11 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

*11.1 – Face ao disposto no § 1º, do art. 65, da Lei n.º 8.666, de 21.06.93 e suas alterações, a quantidade de que trata este contrato poderá sofrer acréscimos ou supressões de até vinte e cinco por cento (25%) do valor inicial do contrato, com a devida atualização.*

*11.2 – Os pacientes atendidos através do Sistema Único de Saúde não poderão ser cobrados quaisquer honorários ou diferenças a qualquer título.*

*11.3 – O disposto no presente contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas no Edital do Pregão Presencial nº 90028/2017, objeto do Processo Administrativo nº 05040802/2016 e seus anexos, sendo que os casos omissos serão resolvidos consoantes rege a Lei Federal n.º 8.666/93 e Lei Federal nº 10.520/2002, de 17 de Julho de 2002, o Decreto Federal nº 3.555/2000 e do Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, de conformidade com as normas jurídicas e administrativas aplicáveis e com os princípios gerais do direito.*

## **12 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO**





**A CIDADE E O POVO EM PRIMEIRO LUGAR**

12.1 – A **CONTRATANTE** providenciará a publicação deste Contrato, por extrato, no Diário Oficial do Município e em locais de costume conforme prazo definido na legislação pertinente.

**13 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:**

13.1 – Fica eleito o foro da Comarca de Pau dos Ferros, Estado do Rio Grande do Norte, para dirimir quaisquer dúvidas deste Contrato com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.2 – E para firmeza e validade, e como prova de assim haverem entre si, ajustado e contratado, é expedido o presente contrato em via única, que lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo identificadas, ficando à cargo do(s) licitante(s) interessado(s) solicitar ao Departamento de Licitações sua referida cópia.

PAU DOS FERROS - RN, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
*Leonardo Nunes Rêgo*  
*Ordenador de Despesas*

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS**  
**CNPJ/MF Nº 08.148.421/0001-76**  
**CONTRATANTE**

\_\_\_\_\_  
*Zélia Maria Leite*  
*Secretária de Saúde*

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**CNPJ/MF Nº 11.692.750/0001-98**  
**INTERVENIENTE**

\_\_\_\_\_  
**CONTRATADA**

**TESTEMUNHAS:**

1ª) \_\_\_\_\_  
CPF Nº

2ª) \_\_\_\_\_  
CPF Nº